



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

219
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMB. DE DECLARAÇÃO NO AGR. DE INSTRUMENTO Nº 0154695-2- RECIFE/PE

EMBARGANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Sérgio Ricardo B. Caldas PE13316 e outros

EMBARGADO: COMPANHIA USINA BULHÕES

Advogado: Augusto Quidute PE 14524

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRADIÇÃO. PARTE DISPOSITIVA EM DISSONÂNCIA COM A FUNDAMENTAÇÃO LANÇADA. CORREÇÃO DO VÍCIO. SUBSTITUIÇÃO DA EXPRESSÃO “NEGAR PROVIMENTO” PELOS TERMOS “DAR PROVIMENTO”. RECURSO PROVIDO.

1 – Assiste razão à embargante ao apontar no dispositivo do acórdão embargado expressão que não condiz com a fundamentação lançada, amparada no voto do Relator, restando caracterizada a contradição aventada.

2 – A fundamentação do acórdão deixa expressamente consignado ser o caso de dar provimento ao agravo de instrumento, com a reforma da decisão agravada para reconhecer a legitimidade do protesto dos títulos em questão, ao passo que na parte dispositiva fez-se constar a expressão “negar provimento”.

3 – Trata-se de evidente vício de contradição, o qual deve ser corrigido unicamente para substituir, na parte dispositiva do acórdão embargado, a expressão “negar provimento” pelos termos “dar provimento”.

4 – Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 0154695-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer dos aclaratórios e lhes dar provimento para corrigir a contradição apontada, unicamente para substituir, na parte dispositiva do acórdão embargado, a expressão “negar provimento” pelos termos “dar provimento”.

Recife, 28 de maio de 2014.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

220
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº
0154695-2- RECIFE/PE**

EMBARGANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Sérgio Ricardo B. Caldas PE13316 e outros

EMBARGADO: COMPANHIA USINA BULHÕES

Advogado: Augusto Quidute PE 14524

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face do acórdão de fl. 194, lavrado no agravo de instrumento em referência, por meio dos quais a embargante alega a presença de contradição.


A embargante afirma que o acórdão foi contraditório quando, de um lado, lhe deu razão ao reconhecer a legitimidade dos protestos das faturas de energia, haja vista as diversas tentativas da empresa ora embargada de se eximir do pagamento, e, de outro, negou provimento ao agravo de instrumento em referência, o que alega se tratar de “equivoco meramente material”. Requer, ao final, seja o recurso provido com o afastamento do vício apontado.

À fl. 215 consta despacho concedendo vista dos autos à parte contrária para contra-arrazoar, haja vista a possibilidade de modificação do julgado, ao que se seguiu certidão à fl. 217, dando conta de que decorreu o prazo legal sem que a parte se manifestasse a respeito.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito diretamente em mesa para julgamento, na conformidade da segunda parte do Art. 537, do Código de Processo Civil c/c Art. 85, d, do RITJ/PE.

É o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

221
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMB. DE DECLARAÇÃO NO AGR. DE INSTRUMENTO Nº 0154695-2- RECIFE/PE

EMBARGANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Sérgio Ricardo B. Caldas PE13316 e outros

EMBARGADO: COMPANHIA USINA BULHÕES

Advogado: Augusto Quidute PE 14524

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Assiste razão à recorrente, haja vista constar no dispositivo do acórdão embargado expressão que não condiz com a fundamentação lançada, amparada no voto deste Relator, restando caracterizada a contradição aventada.

Observe-se que a fundamentação do acórdão traz expressamente consignado o seguinte:

No caso dos autos, as faturas em discussão são aquelas emitidas entre dezembro de 2006 e maio de 2007, nos valores ali apontados, tendo a recorrente sido devidamente intimada para efetuar o pagamento com os devidos acréscimos, mostrando-se legítima a pretensão da recorrente de levá-las a protesto, por estarem em aberto, sobretudo quando agiu devidamente ao informar a devedora da existência do débito e da realização do protesto em caso de não pagamento.

Diante de tais considerações, de se dar provimento ao presente agravo de instrumento, reformando-se a decisão agravada para reconhecer a legitimidade dos protestos dos títulos em questão.

No entanto, consta, diversamente, na parte dispositiva do mesmo acórdão que “acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em **negar** provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto” (sem grifos no original).

Trata-se de evidente vício de contradição o qual deve ser corrigido, motivo por que **DOU PROVIMENTO aos presentes aclaratórios** apenas para efetuar a mencionada retificação, fazendo constar, na parte dispositiva do acórdão embargado, o seguinte:

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0154695-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

É como voto.

Recife, 28 de Maio de 2014.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator